

O Real e o longo prazo

CORREIO BRAZILIENSE

Manoel F. Pires da Costa

A introdução do Plano Real ofereceu a ponte que faltava para a inserção do Brasil nas economias mais estáveis e desenvolvidas, sem violências, sem quebra de contratos, com o pleno funcionamento dos mercados e suas instituições. A população brasileira, há muito desejava um plano coerente, e hoje aceita e apóia os objetivos do Real.

Porém, não vivemos de resultados a curto prazo. É preciso restaurar, na economia, na política, na vida partidária, o conceito de longo prazo indispensável ao investimento que gera emprego e renda, no campo ou na cidade. Sabemos que o Real é um programa de várias etapas, e que desejamos de vida longa. Para tanto é fundamental um processo político consistente capaz de lançar as reformas estruturais indispensáveis para sua consolidação.

O novo empresariado brasileiro está pronto para não mais demandar do Estado soluções, mas, sim, oferecer propostas para que se supere o desastre da revisão constitucional. O caminho passa pela democratização do capital

das empresas, a reorientação do fluxo da poupança para investimentos de longo prazo, a formação de capital fixo a custos compatíveis com a economia industrializada global.

A estabilidade que estamos prestes a alcançar deverá trazer consigo um redesenho do tamanho e das funções do Estado. Este redesenho tem como alicerce a redução do tamanho do Estado, direcionando-o para o social. Em economias altamente inflacionárias o governo é empurrado a assumir desnecessariamente os riscos da produção, de estocagem e da comercialização de safras. E, quando o faz, fica impedido pela falta de recursos de investir em saúde, educação, segurança e nas necessidades básicas da infraestrutura nacional.

No nosso setor específico os efeitos desse processo já podem ser sentidos. O volume médio da BM&F dobrou depois do Plano Real, passando de três para mais de seis bilhões de dólares por dia. Acreditamos que está lançada as bases para a ampliação dos vínculos entre o eficiente sistema financeiro nacional e o setor produtivo. Estamos investindo maci-

çamente no desenvolvimento de novos produtos que possam viabilizar esse canal entre os setores. Particularmente, na área agrícola estudamos novos contratos que irão beneficiar a agropecuária, a sojicultura, a produção de açúcar, de álcool, o algodão e toda a cadeia produtiva.

Além disso, trabalhamos na globalização do mercado futuro nacional, o que permitirá que investidores estrangeiros venham tomar o risco dos produtores brasileiros. Com isso será viabilizada a criação de novos contratos, ampliando o leque de produtos, principalmente os agropecuários.

A melhoria da distribuição da renda passa necessariamente pela questão agrícola. Estudos da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento mostram que é da porteira para fora que se formam 90% do preço pago pelos consumidores de alguns produtos primários. Assim, pontos como a melhoria do sistema de armazenagem, seguros transportes e fixação de preços estão na semente de uma melhoria do agribusiness nacional.

É amplo o universo de soluções, e estamos certos de que o

setor privado pode, com estabilidade e moeda firme, contribuir para a retomada do desenvolvimento. Creio que as empresas de porte médio poderão ter um papel fundamental nesse processo. Se tomarmos por exemplo o desempenho das ações patrimoniais das empresas negociadas nos EUA, desde 1926, vis-a-vis com os demais investimentos, verificaremos que as empresas de porte médio bateram de longe a inflação do período, com uma rentabilidade maior que as empresas de grande porte.

Em economias como a brasileira uma **performance** semelhante poderá ser obtida se o setor privado tiver condições financeiras propícias para aumentar o capital fixo. Isso somente será possível num contexto de estabilidade, credibilidade de moeda, rgras estáveis e com um ativo mercado de capitais. Contudo, surpreende-me a ausência desse capítulo no discurso dos candidatos, pois não haverá, neste país, democracia econômica sem abertura e democratização do capital.

■ **Manoel Francisco Pires da Costa** é presidente da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e diretor do Banco Patente

27 AGO 1994

Olson - Brasil